

Discurso na cerimônia de assinatura dos contratos de concessão e exploração de petróleo pela Agência Nacional de Petróleo com a Petrobras

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 6 DE AGOSTO DE 1998

Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Doutor Raimundo Brito, Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhor Senador Levy Dias; Senhor Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Doutor David Zylbersztajn; Doutor Joel Rennó, Presidente da Petrobras; Senhoras e Senhores,

Pouco tenho a acrescentar, a não ser, efetivamente, a emoção de ver realizado um trabalho de transformação para proveito do Brasil e da Petrobras, trabalho que foi objeto de muitas dúvidas, de críticas normais e nem sempre bem fundamentadas, mas, sobretudo, de ver que, com todas essas dificuldades e percalços, o Congresso Nacional foi capaz de entender uma proposta que lhe enviei.

Devo dizer, de público, que não a enviei sem que antes tivesse discutido muito nas áreas internas do Governo, com o Ministro Brito, com o Ministro-Chefe da Casa Civil, com o Presidente da Petrobras, Doutor Joel Rennó, e com os diretores da Petrobras, por intermédio dele. Só quando me convenci de que, efetivamente, o passo que nós estávamos dando era importante para o Brasil, que garantiria um caminho de

maiores vitórias ao nosso país e à Petrobras, na busca do petróleo e na transformação de todo esse setor, importante, de energia num setor mais dinâmico, é que eu o fiz.

E o Congresso Nacional debateu, extensissimamente, a matéria – e, por isso, agradeço a presença do Senador Levy Dias, como testemunha desse ato. Os principais dirigentes do Congresso que participaram desse processo foram mencionados pelo Doutor Joel Rennó. Certamente, haverá outros relatores da matéria, nas duas Casas, que participaram ativamente desse processo. Mas, com essa discussão aberta, no Congresso Nacional, o País todo entendeu do que se tratava. E todas aquelas eventuais dúvidas sobre o que aconteceria com a Petrobras, com o Brasil, etc. foram se dissipando a tal ponto que tudo isso, hoje, se realiza num clima de tranquilidade e de entusiasmo.

Disse o Doutor Rennó que a Petrobras, hoje, se firma entre as 15 principais empresas petrolíferas do mundo. Nós, os mais velhos, nos acostumamos a ouvir falar das “sete irmãs”. E olhávamos as “sete irmãs”, que eram as grandes companhias de petróleo, com um misto de medo e de inveja. Hoje, nem medo, nem inveja. Temos a Petrobras e vamos ter as “irmãs” aqui dentro, funcionando, fraternalmente, com a Petrobras, disputando, às vezes, em cooperação, para que nós possamos desenvolver os nossos campos de petróleo.

É uma mudança imensa na mentalidade, na percepção e na realidade. As coisas mudaram no mundo. E, porque as coisas mudaram no mundo e mudaram também aqui, no Brasil, foi possível fazer esse processo de transformação.

Disse o Doutor David Zylbersztajn que não se trata de uma abdicação do papel do Estado, senão, pelo contrário, de uma modificação para fortalecê-lo, mas nas condições do mundo contemporâneo. Certamente, não teria mais cabimento manter a Petrobras como a única destinatária do monopólio de petróleo, que sempre foi da União. A Petrobras o exercia em nome da União.

Na medida em que novas empresas vêm para juntar-se à Petrobras ou para com ela concorrer, é natural que a União, guardando o monopólio, que continua sendo seu, se organizasse de outra maneira, para

que pudesse controlar, de forma também efetiva, as concessões e a realização dos contratos de concessão, que vão ser feitas com a Petrobras ou independentemente da Petrobras, através das novas companhias.

Por isso, nós criamos a Agência Nacional de Petróleo. Isso – já disse também o Doutor Zylbersztajn e nós já repetimos aqui, nesta sala, várias vezes – aconteceu em todos os setores. No setor de telefonia, no setor de energia elétrica e, agora, no setor de petróleo. A Agência Nacional de Petróleo é uma entidade de tipo novo, como as outras irmãs. De tipo novo, porque ela, de alguma maneira, é depositária da confiança do Governo, mas ela não se resume mais a ser uma parte integrante do Estado. Ela é algo um pouco diferente, uma figura nova no nosso Direito, porque é uma entidade composta e nomeada pelo Presidente da República, tem um mandato assegurado pelo Senado da República e tem, no seu seio, representantes do segmento da sociedade brasileira. Ela guarda a relação de independência, como o Banco Central aspiraria a ter, algum dia – com mais preocupação para o meu lado –, relação de independência necessária para levar, adiante e a bom termo, o objetivo de fazer com que esses contratos resultem em proveito do povo brasileiro, em proveito do País, da Nação como um todo e do povo brasileiro.

Folgo em ver que, efetivamente, são 397 contratos. Não é fácil preparar contratos dessa magnitude. Mas folgo mais ainda em dizer que isso é só o começo, porque, no momento, nós estamos assinando contratos entre a ANP e a Petrobras. Muitos outros virão entre a ANP e outras empresas e parcerias da própria Petrobrás com outras empresas.

Não quero nem repetir os números que escutei aqui, que são alguns bilhões. Eu fico confuso com tantos bilhões, sobretudo quando ainda estão voando e não estão nos bolsos do Tesouro. Mas é de se esperar que cheguem ao bolso do Tesouro. E eu tenho certeza de que chegarão.

Certamente, assim como nós assistimos, na questão da telefonia, ao interesse imenso por esse novo mercado no Brasil – basta ler os jornais para verificar que, agora, as empresas produtoras de partes, de componentes do sistema telefônico já estão também não só investindo, mas já se ampliando, vendendo e criando empregos –, a mesma coisa vai acontecer com o petróleo.

Certamente, no decorrer do próximo ano, nós vamos assistir ao desdobramento do que estamos fazendo hoje, aqui. Vamos assistir à assinatura de novos contratos, novos investimentos que virão para o Brasil, não só investimentos na exploração, mas também no refino, na formação de empresas para transporte de derivados de petróleo e assim por diante.

Acho que, aí, estamos abrindo, realmente, uma nova área muito positiva para o desenvolvimento econômico do Brasil e para a criação, óbvia, de postos de trabalho, para viabilizar cada vez mais este país como uma grande nação, que já se sente, sem muita dificuldade, que realmente é.

Acredito que o Brasil todo é testemunha, portanto, de um momento de grande transformação, de grande modificação na nossa mentalidade, de grande modificação nas estruturas do Estado, de grande dinamismo da sociedade brasileira e de grande capacidade de atrair investidores estrangeiros, para que nós possamos, juntos, levar adiante essas transformações que já estamos começando e que são almejadas por todos.

Acho que essa função fiscalizadora das agências será cada vez mais importante no Brasil. Nós não vamos nos limitar a essas três agências. Nós faremos outras agências. Já estamos com os estudos da agência de transportes, que é uma agência importante e que requer, realmente, um empenho de todos nós, para que nós possamos dar um dinamismo muito grande também nessa área de transportes, abrangendo no seu conjunto, inclusive, como tem sido tantas vezes lembrado a mim pelo Senhor Ministro da Marinha, Almirante Mauro César, o que diz respeito à nossa capacidade de produção de navios. Nós precisamos dinamizar essa área. Nós precisamos ter uma política específica, com maior dinamismo, nessa área. E nós precisamos ter também agências reguladoras que permitam esse mesmo processo de convergência entre setores públicos e setores privados, para que o Brasil continue a se desenvolver.

Termino, portanto, agradecendo a presença de todos, agradecendo o esforço imenso que tem sido feito na Petrobras cuja competência técnica é reconhecida mundialmente e cuja capacidade de dar passos novos diante de circunstâncias novas não é só reconhecida hoje, como é uma

prova evidente do que está ocorrendo aos jovens, jovens, no tempo de serviço, funcionários da Agência Nacional de Petróleo e ao Ministro de Minas e Energia, que tem sabido conduzir esse processo com muita tranquilidade. E, não sendo ele próprio engenheiro, como eu também não sou, nós acabamos por aprender, de tanto que ouvimos números e técnicas, as dificuldades, as rugosidades daqueles que se dedicam às áreas de infra-estrutura.

Muito particularmente, portanto, eu felicito o Ministro Raimundo Brito, o Doutor Joel Rennó e o Doutor David Zylbersztajn, por causa da convergência de esforços desses três. E, ao citá-los, faço questão de dizer que estou querendo citar – não conheço os nomes, senão, os citaria – o conjunto imenso de pessoas que está se dedicando a esta área. Também queria dizer que isso serve de incitamento a que o setor privado depois venha, e venha com mais energia ainda, para gerar energia.

Muito obrigado.

